

A METAMORFOSE DOS PARTIDOS DE ORIGEM NA CLASSE TRABALHADORA A PARTIR DA SOCIAL-DEMOCRACIA CLÁSSICA

Henrique Cignachi¹

RESUMO: O tema geral e objeto deste trabalho é a chamada metamorfose dos partidos políticos de origem na classe trabalhadora, através da análise da experiência social-democrata europeia, associada ao progressivo abandono da estratégia revolucionária e aceitação da estratégia reformista. O Partido Social-Democrata da Alemanha (SPD) foi o partido classicamente identificado à explicação do fenômeno de transformação dos primeiros grandes partidos de trabalhadores, um processo de transformação da social-democracia de origem radical para a social-democracia conhecida como partidos reformistas de escopo social conciliatório e economicamente keynesianos, promotores de um desenvolvimento capitalista aparentemente controlado pelo Estado. Este artigo realiza uma revisão bibliográfica dentre as diversas análises e interpretações deste fenômeno de metamorfose que apresenta características atuais para explicar os processos de metamorfose de partidos políticos brasileiros, como o caso do Partido dos Trabalhadores (PT).

PALAVRAS-CHAVE: classe trabalhadora; metamorfose de partidos políticos; social-democracia; sociologia política.

ABSTRACT: The general subject and object of this work is the called metamorphosis of the political parties of the working class, by analyzing the social democratic european experience, coupled with the gradual abandonment of revolutionary strategy and acceptance of reformist strategy. The Social Democratic Party of Germany (SPD) was the party classically identified to explain the phenomenon of transformation of the first major workers parties, a process of transformation of the social democracy from radical origin to the social democracy known as reformist parties of social conciliation and economically Keynesians scope, promoters of a capitalist development apparently controlled by the State. This article makes a literature research among various analyzes and interpretations of this phenomenon of metamorphosis that has present features to explain the process of metamorphosis of brazilian parties, as the Workers Party (PT).

KEYWORDS: working class; metamorphosis of political parties; social-democracy; political sociology.

1 INTRODUÇÃO

O tema geral e objeto deste trabalho é a chamada metamorfose dos partidos políticos de origem na classe trabalhadora, através da análise da experiência social-democrata europeia, associada ao progressivo abandono da estratégia revolucionária e aceitação da estratégia reformista. Este tema diz respeito a como um ator social específico dos modernos Estados capitalistas – a classe trabalhadora – desenvolve estratégias e experiências políticas de desenvolvimento nacional, conjugando a necessidade proeminente de desenvolvimento econômico com a necessidade social de repartição das riquezas produzidas.

¹ Graduado em História; Especialista em História do Brasil; Mestrando em Ciências Sociais na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) na linha de pesquisa Instituições e Pensamento Político. Bolsista CAPES. Endereço eletrônico: h.cignachi@hotmail.com.

O conceito de classe trabalhadora diz respeito aos movimentos e associações de trabalhadores assalariados dos mais diversos ramos produtivos; aos movimentos de luta econômica e política do proletariado enquanto “a classe dos trabalhadores assalariados modernos, que, não tendo meios de produção próprios, são obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviver” (MARX; ENGELS, 2002, p.48). Pressupõe a sua manifestação enquanto força política capaz de agir sobre a realidade.

O Partido Social-Democrata da Alemanha (SPD), sem dúvida, é o partido que estruturou e colocou como problema central aos revolucionários e aos reformistas, tanto da possibilidade real de “capitulação” da classe trabalhadora ao capitalismo como da possibilidade de construção política conciliatória e melhoria gradual das condições de vida pelo reformismo. Como escrevia Rosa Luxemburgo, perplexa na prisão em 1915,

ora, a socialdemocracia alemã não era apenas a vanguarda mais firme da Internacional, ela era também seu cérebro. Assim é necessário começar por ela, pelo estudo de sua queda; é pelo estudo de seu caso que devem começar o processo de auto-reflexão (LUXEMBURGO, 1915, s.p.).

Desta forma, neste trabalho será apresentada uma revisão bibliográfica da história e das interpretações sobre o fenômeno de metamorfose dos partidos de trabalhadores, notadamente centrados no estudo da social-democracia clássica, especialmente do SPD – o maior e mais poderoso partido da Internacional Socialista (a “II Internacional”). O estudo desta trajetória e as interpretações dela derivadas pelos principais interlocutores da época e contemporaneamente – tanto políticos como acadêmicos – pode servir de prelúdio para a compreensão e caracterização do processo de metamorfose ocorrido no principal partido de origem proletária em países da periferia do mundo com recente desenvolvimento capitalista, o caso do Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil².

2 O PROLETARIADO CONSTITUÍDO ENQUANTO CLASSE SOCIAL: A SOCIAL-DEMOCRACIA E O DILEMA DA “REFORMA OU REVOLUÇÃO”

Conforme sintetizado por Henri Weber, para Marx e Engels o processo de constituição do proletariado é visto como o processo de constituição do partido revolucionário (WEBER, 1977, p.37). O processo de formação da classe é visto como o processo de auto-organização política da classe – e ela só existe, torna-se classe, neste incessante processo. No *Manifesto do Partido Comunista* de 1847, obra importante pelo seu caráter profético (apesar da efemeridade da organização ao qual ele se destinava), na sua primeira parte (*burgueses e proletários*) é descrita sumariamente as fases da constituição do proletariado em classe social. Da massa disseminada por todo país e

² Objeto principal da pesquisa de mestrado em andamento intitulada “A metamorfose dos partidos de trabalhadores: o caso do PT”.

dispersa pela concorrência, à concentração derivada do desenvolvimento da indústria ao contato internacional. Das lutas individuais, locais, à fundação de organizações permanentes, à constituição do partido: “Essa organização do proletariado em classe, e com isso, em partido político (...)” (MARX, ENGELS. Op. cit., p.53-54) evidencia a centralidade da organização política na classe social e a centralidade do proletariado enquanto elemento revolucionário da sociedade burguesa.

Neste processo a classe surge (e realmente surgia aos olhos dos pais teóricos do movimento operário no século XIX) como classe essencialmente revolucionária, portadora do fim do capitalismo. Contudo, por mais que se acuse ou se defenda, para Marx a classe operária não é “espontaneamente” revolucionária. Este radicalismo revolucionário só existe em estado potencial. Para explicar isto, Marx a descreve inicialmente como uma classe “em si”, isto é, “a classe tal como é produzida pelo desenvolvimento do modo de produção capitalista, puro objeto econômico, simples matéria a explorar.” Esta classe “em si” não é revolucionária, pois partilha essencialmente dos valores e concepções de mundo da classe dominante: “não concebe como possível quaisquer outras relações sociais.” É “já uma classe em relação ao capital, mas não uma classe em relação a si própria”. Como no capital as relações sociais e as coisas são reificadas - ou seja, apresentam-se como valor monetário, de troca, as coisas e os seres humanos são constantemente “coisificados” no capitalismo -, a ideologia burguesa possui aí um forte substrato inconsciente. Ou seja, ela apresenta-se fortemente como ideologia dominante que garante a capacidade de tornar, aparentemente, “as coisas como elas são” – no seu melhor valor econômico quantificável – e na aceitação do sistema social como ele se encontra. Contudo,

por muito mais que esteja, esta sujeição ideológica da classe operária não é imutável. A eficácia da dominação ideológica é em larga medida função do dinamismo do sistema. É particularmente forte na sua fase ascendente quando a classe dominante é capaz de desenvolver as suas forças produtivas; quando as contradições do sistema se manifestam sob uma forma embrionária ou atenuada. (WEBER, Op. cit., p.40).

Ou seja, nos seus momentos de crise sistêmica, a dominação ideológica da burguesia entra em crise. A classe “em si” passa a opor-se à classe “para si”, momento em que ela se torna consciente de seu papel anticapitalista; “deixa de ser simples máquina econômica para se tornar sujeito do processo histórico.” Ou seja, a partir da contraditória situação material apresentada pelo capitalismo é que a classe trabalhadora toma consciência de sua condição e busca estabelecer organizações que possam superar esta condição.

“Mas e como a classe em si transforma-se na classe ‘para si’? pelo desenvolvimento da sua prática histórica de luta, responde Karl Marx” (Ibid., p.42). E neste sentido, a

insistência de Marx e Engels no papel central do proletariado – a classe trabalhadora - na revolução que derrubaria a sociedade burguesa e inauguraria a sociedade sem classes, a sociedade comunista, não se apresentava como elemento simbólico ou projetável ao futuro, mas como leitura da prática real da nascente classe trabalhadora do período. Além disto, Marx e Engels, ainda no *Manifesto*, refutam concepções socialistas que não tomam o proletariado como central na transformação à sociedade sem classe.³ Por isso sua insistência, enquanto agente político deste mesmo movimento, em combater o desprezo destes socialistas pela luta cotidiana do proletariado, pois é exatamente nestas lutas que a consciência da classe se forja – tanto a reformista como a revolucionária. Como explica Michael Löwy, as características fundamentais do comunismo marxista – a revolução e a auto-emancipação do proletariado – tem por ponto de partida não o chamado “socialismo burguês”, mas grupos e tendências operárias da época (LÖWY, 2002, p.110).

Contudo, o proletariado, enquanto classe “em si” – componente fundamental da produção do Capital – também é um elemento que pode conformar-se a ordem e reproduzi-la. Desta forma, apesar de comumente afirma-se o contrário, Marx desenvolveu uma teoria que dava respostas à condição reformista da classe trabalhadora. Contudo, a realidade histórica do século XIX torna este elemento (a conformação) desprezível, visto que a classe, quando se tornava classe na sua maior expressão política, os partidos, se tornavam classe essencialmente revolucionária e assim se mantém até início do século XX, onde a questão um tanto encoberta pelo conturbado século XIX, levou marxistas a se tornarem ex-marxistas (fato que não deixou de se repetir de diversas formas durante todo século XX e que irá iludir os militantes mais combativos talvez por um bom tempo).

Apesar do fracasso dos comunardos de Paris em 1871 e o precoce fim da I Internacional em 1876, com a fundação do Partido Social-Democrata da Alemanha em 1875 e posterior criação da II Internacional em 1889, a classe trabalhadora mostra-se crescentemente enquanto classe “para si” – reivindicando em massas a sua tendência rumo à sociedade socialista, pelo caminho da revolução. Sem dúvidas, a fundação do SPD e seu estrondoso desenvolvimento na sociedade alemã, traziam as maiores esperanças ao movimento socialista internacional. Engels se referirá ao SPD em 1895, junto do seu braço sindical, a Confederação Geral dos Trabalhadores, como “o ‘grupo de choque’ decisivo do exército proletário internacional” (ENGELS, *apud* LUXEMBURGO, Op. cit., s. p.). Apesar da forte repressão do chanceler Otto Von Bismarck e da lei de repressão aos socialistas que levou o partido a ter que sobreviver através de organizações sociais e de lazer e de um jornal impresso no exterior, o SPD tornou-se o maior partido político da Alemanha em 1890, chegando próximo a 1,5 milhões de eleitores, 18% do total de votantes. Até 1914, véspera da Grande Guerra,

³ Parte III, *Literatura Socialista e Comunista*. MARX, ENGELS. 2002, p. 69-79.

o SPD crescera com o desenvolvimento do capitalismo alemão, chegando em 1912 a 34,8% do eleitorado, elegendo a bancada de deputados mais numerosa. Possuía mais de 1 milhão de filiados, 30 mil quadros profissionalizados, 10 mil funcionários, 203 jornais com 1,5 milhão de assinantes, dezenas de associações esportivas e culturais e a maior central sindical, que reunia sob sua direção 3 milhões de filiados e isso tudo sem abrir mão da retórica radical e reivindicativamente revolucionária. Suas principais lideranças eram notáveis teóricos marxistas, como Rosa Luxemburgo, Karl Liebknecht, Eduard Bernstein, Anton Pannaekok e Karl Kautsky, este último notadamente o principal sucessor teórico de Marx, amigo de Engels. Este chamara Kautsky e Bernstein de “irrepreensíveis representantes da teoria de Marx”⁴.

Em 1914, apesar das campanhas e da defesa pacifista contra a guerra que, em lados opostos, levaria à carnificina de trabalhadores nos campos de batalhas, os deputados do SPD no parlamento alemão votaram a favor dos créditos para a guerra. Conjunturalmente, o SPD e a II Internacional, junto do movimento anarquista ainda vigente, eram os principais elementos que poderiam evitar a deflagração da guerra. Contudo, como coloca Osvaldo Coggiola,

A aquiescência do SPD foi decisiva para evitar uma crise política interna (e internacional) pela deflagração da guerra. Ela acompanhou a capitulação da Internacional Socialista. A orientação dos dirigentes da Internacional Socialista, nos Congressos realizados a partir de 1907, era que os trabalhadores tentassem ao máximo, em seus países, evitar a deflagração do conflito. Caso isso não fosse possível, como vimos, deveriam aproveitar o momento “para precipitar a queda do capitalismo”. (COGGIOLA, 2010, p.25).

Com a falência da II Internacional e o consentimento do SPD no esforço de guerra as perspectivas da revolução proletária tornavam-se menores. Contudo, com a vitória revolucionária russa, há uma mudança no cenário da guerra e a Alemanha torna-se novamente o ponto central da batalha pela revolução socialista. Lenin, em fevereiro de 1918 declarava: “em qualquer hipótese, sob quaisquer circunstâncias, se a revolução alemã não acontecer, estaremos condenados”. Em Novembro de 1918 este movimento ocorre, e frente a um motim de marinheiros de Kiel e a proposta de armistício do Estado Maior do Kaiser (Imperador) alemão, a Alemanha passou a ter de reconhecer o poder de conselhos de operários e soldados – próximos à experiência dos soviets russos. As principais lideranças da esquerda do SPD foram libertadas das prisões e estavam reunidos e proclamando junto a 100 mil trabalhadores a “República Socialista”. No entanto, poucos meses depois, em Janeiro de 1919, as principais lideranças da dissidência de esquerda do SPD, que haviam formado a *Liga Espartaquista*, Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, foram brutalmente assassinados por milícias paramilitares de direita sem

⁴ Sobre a história do SPD, cf. COGGIOLA, 2010; COELHO, 2001; MATTICK, 1988; MICHELS, 1982; OFFE, 1994; PRZEWORSKI, 1989; LIPSET, 1992; TEIXEIRA, 2011.

a resistência do recém-empossado governo liderado pelo SPD sob a presidência do novo chanceler, Friedrich Ebert. Tentativas de reorganização partidária e formação de um Partido Comunista Alemão ligado a então recém-criada III Internacional, liderada por Lênin e Trotski, resultaram em fracassos no movimento revolucionário que não conseguiu romper com o novo governo, já claramente anti-bolchevique, do SPD.

O SPD participou dos governos alemães até 1933, quando então foram postos na ilegalidade e caçados pelo recém-empossado governo nazista. A Alemanha, Europa e o resto do mundo voltariam anos depois a se despedaçar em uma nova grande guerra mundial. Depois da destruição do SPD pelos nazistas, o Comitê Executivo do partido no exterior, em 1934 admitiu o fracasso do partido em tentar mudar o aparato do Estado, destacando que “foi um grave erro histórico da classe trabalhadora alemã, traída como fora durante a guerra, assumir a velha estrutura do Estado sem transformá-la” (SPD *apud.* COELHO, Op. cit., p. 40).

A Alemanha era o Estado capitalista mais desenvolvido no início do século XX e ali se esperava a primeira grande revolução socialista vitoriosa já que nesta nação se encontrava o maior e mais bem organizado partido que se propunha para tal. Contudo, o binômio reforma ou revolução estava colocado desde sua fundação e na sua trajetória conturbada, enfrentando as leis de exceção e a ascensão capitalista da “Bela Época”, cedeu o seu ímpeto revolucionário para conquistar liberdades democráticas e tornou-se cada vez mais dependente da estrutura em torno da qual criara nas perspectivas parlamentares e na burocracia partidária; este processo, no entanto, apesar das expectativas depositadas, principalmente pelos marxistas reunidos na II Internacional, era debatido desde sua fundação e subsequentemente, até a grande cisão no início da Primeira Guerra Mundial. Reformismo versus radicalismo revolucionário, como já apontamos, é corretamente o binômio que uniu e ao mesmo tempo cindiu o partido até a total oposição entre ambos os setores e clivou o movimento dos trabalhadores durante quase todo o século XX.

Este processo não foi nem linear nem teve sobreavisos de suas limitações e tendências ao reformismo. Politicamente, durante a fusão dos “eisenachianos” (marxistas)⁵ com os “lassalianos”⁶ no Congresso de Gotha de 1875 que deu origem

⁵ Eram assim chamados pois seu partido havia sido criado em congresso na cidade de Eisenach, em 1869.

⁶ Assim chamados os seguidores de Ferdinand Lassalle, socialista reformista alemão que ajudou a criar a primeira organização política de trabalhadores na Alemanha. Foi contemporâneo a Marx e com ele estabeleceu polémicas. Como um dos principais intérpretes da problemática e intelectual simpático do SPD em sua época colocou: “A primeira organização operária, nascida sob o solo alemão, foi o *L'Allgemeiner Deutscher Arbeiterverein* de Ferdinand Lassalle. [...] Criação pessoal de um homem extraordinário, ela continha até nos seus menores detalhes a marca de sua personalidade. Essa estrutura de associação refletia não somente as qualidades pessoais de Lassalle, sua indomável ambição pelo poder e o caráter egocêntrico que fazia dele indivíduo de talento, um péssimo conhecedor dos homens, mas também sua concepção teórica do dever que compete a toda organização de partido. Em seu famoso discurso em Ronsdorf, ele disse: ‘Em todos os lugares que fui, eu ouvi da boca dos operários discursos que podem ser resumidos na seguinte frase: Nós devemos, de todas nossas vontades dispersas, forjar um martelo e colocá-lo nas mãos de um homem cuja inteligência, caráter e dedicação nos sejam uma garantia de que com o martelo ele baterá forte!’”. MICHELS, 1982, p. 107.

ao SPD, esta tendência já era bastante visível apesar do radicalismo expresso por todo movimento político dos trabalhadores durante o século XIX. Podemos diagnosticar esta tendência ao reformismo na *Crítica ao Programa de Gotha*, de Marx e na Carta a Bebel de Engels, em que destacam alguns pontos centrais para alertar o “caminho falso” trilhado pela organização criada por Ferdinand Lassale, como a crítica às concepções de que as subvenções do Estado aos trabalhadores podem, por si só, ser consideradas instrumento de emancipação, quando na verdade, pode ser considerado em última instância a permanência da dominação com a aceitação do dissenso⁷.

Apesar do sucesso dos marxistas na conquista da direção do novo partido, esta mesma crítica é recolocada pela jovem liderança do SPD, Rosa Luxemburgo, na obra *Reforma ou Revolução*, publicada em 1900 em resposta direta às leituras revisionistas apresentadas por Eduard Bernstein. Este se apresentava como ideólogo dos reformistas no seio do partido. Basicamente sua defesa retomava teses já existentes e tornava-se a expressão do socialismo reformista e defensor da democracia parlamentar e do abandono do radicalismo político.

Para Rosa, resumia-se a política dos reformistas como as políticas que “não tendem elas à realização da ordem socialista, mas unicamente à reforma da ordem capitalista, não à supressão do assalariado, mas à diminuição da exploração, em suma, a supressão dos abusos do capitalismo e não do próprio capitalismo” (LUXEMBURGO, 2007, p. 97). Depois de 1910, a social-democracia viu-se dividida em três grandes tendências: os revisionistas, partidários declarados do imperialismo alemão, a “esquerda”, ilustrada por nomes como Luxemburgo, Mehring, Liebknecht e Pannaekoeck; o “centro”, representado por Kautsky “que se dizia fiel às opções tradicionais, mas que de fato apenas o era no plano da teoria, dado que na prática a social-democracia era obrigada a aceitar o “possível”, ou, noutros termos, a tática preconizada por Bernstein.” Como declarou um dissidente do SPD, Paul Mattick, “uma vez a guerra declarada, a ‘esquerda’ encontrou-se na prisão e a ‘direita’ no QG do Kaiser” (MATTICK, 1988, p.19).

Teoricamente, além da rejeição ao marxismo expressa primeiramente em Berstein, esta tendência é seguida pela principal liderança marxista da época, Karl Kautsky.⁸ Daniel Bensaïd, liderança intelectual do movimento trotskista contemporâneo,

⁷ A crítica ao programa de Gotha, apesar de escrita em 1875 e divulgada a algumas lideranças marxistas do novo SPD, apenas foi publicada sob pressão de Engels à Kautsky em 1891 na revista do SPD, *Die Neue Zeit*, o que gerou intensos debates internos. Cf. MARX, 1982.

⁸ Segundo Mattick: “Kautsky morreu em Amsterdam, no fim de 1938; contava então com 84 anos. Viu-se nele o mais eminente teórico do marxismo após a morte dos seus fundadores, e não se exagerava ao dizer que fora o mais representativo entre todos. Kautsky reuniu em si, e de forma bem clara, não só o lado revolucionário como também o lado reacionário deste movimento. Mas se Engels, perante a sepultura de Marx, se sentia com o direito de declarar que o seu amigo fora, acima de tudo, um revolucionário, ninguém tivera a idéia de dizer a mesma coisa sobre o seu discípulo mais célebre.” MATTICK, 1988, p.15.

apresenta a estratégia de Kautsky centrada na acumulação de forças e de não participação governamental, até que a maioria eleitoral do proletariado, juntando-se à sua maioria social, lhe permitisse governar sozinho. Pôde-se qualificar este socialismo de marcha para o poder, confiando na lógica do progresso de que a classe constituiria maioria parlamentar e por sua condição revolucionária traria o socialismo: “tratava-se mais exatamente de um socialismo abandonado ao curso do tempo, de um rebaixamento da luta propriamente política em favor de um determinismo sociológico” (BENSAÏD, 2012, s.p.). Ou seja, que a crença na superioridade numérica e na superioridade “racional” do socialismo seria suficiente para uma transição pacífica ao socialismo, negando à política e à revolução o seu devido espaço de intervenção.

3 AS INTERPRETAÇÕES DA METAMORFOSE DOS PARTIDOS DA CLASSE TRABALHADORA

Iniciamos com destaque às contribuições da crítica marxista aos fenômenos de metamorfose dos partidos da classe trabalhadora, notadamente da leitura de Lênin e compartilhada por Trotski, os principais líderes vitoriosos da dissidência social-democrata da II Internacional, fundadores da chamada III Internacional⁹ e principais lideranças da também contraditória experiência socialista do leste-europeu.

Conforme havíamos exposto, a teoria marxiana da consciência da classe trabalhadora coloca dois momentos: o da *classe em si* (como parte necessária para produção do capital, mão-de-obra subjugada, em competição de mercado e ideologicamente submissa) e o da *classe para si* (enquanto força social organizada, reconhecida para si e para seu opositor, ideologicamente autônoma e propositiva de novos ordenamentos sociais). Lênin, partindo deste pressuposto, percebe que estes momentos não são distintos historicamente, sendo complementares de um mesmo processo em que a classe se apresenta muitas vezes fracionada e dispersa, com apenas alguns indivíduos mais destacados e certas frações da classe formando uma vanguarda organizada, quase que permanentemente mobilizada e intelectualmente atuante. Apesar disto, reconhece que boa parte da classe trabalhadora não dispõe dos elementos intelectuais necessários para compreender a totalidade das relações sociais no capitalismo e por isso mesmo fica limitada a uma luta econômica, apesar de compreender que o capitalista é seu inimigo e que de alguma forma ele o explora. Chamou esta consciência de “consciência sindical”, “consciência economicista”. A esta consciência, que pode taticamente e conjunturalmente se apresentar de timidamente reformista a politicamente explosiva, realizando greves políticas e revoltas, dificilmente consegue apresentar um projeto societário distinto. Em uma explicação didática, Lênin propõe que o partido dos trabalhadores, formado pelo setor mais avançado e combativo da classe trabalhadora – sua vanguarda - deve unir-se

⁹Trotski já dissidente da URSS na década de 1930 preconizou a chamada IV Internacional para combater a burocratização expressa pelo Partido Comunista da União Soviética e espelhada aos demais partidos comunistas no mundo.

a uma vanguarda intelectual portadora de uma teoria revolucionária avançada (a teoria marxista, nos termos de Lênin), formando um corpo de “técnicos” da revolução (em analogia ao corpo técnico que a burguesia dispõe para praticar sua dominação).¹⁰ Ou seja, a consciência econômico-sindical torna-se consciência revolucionária quando os trabalhadores organizam-se no partido revolucionário com o apoio e auxílio dos intelectuais. Analogicamente, e parafraseando Gramsci, se a burguesia possui seus *intelectuais orgânicos* (os “funcionários da superestrutura”), a classe trabalhadora também deve possuir os seus, advindos tanto das camadas mais avançadas da classe como da intelectualidade revolucionária (formando a “vanguarda” da classe trabalhadora, organizada em partido).

Contudo, subentende-se que neste processo, apesar de Lênin preconizar através dele o partido revolucionário (e ter sido seu principal mentor), a classe trabalhadora pode permanecer em sua consciência econômico-sindical sem atingir uma consciência revolucionária ou a atinge, muitas vezes, sem possuir um projeto revolucionário. Em sua insistente luta política contra a social-democracia, a qual se referirá em *O Estado e a Revolução* como os “traidores-chauvinistas” (nacionalistas), a saída apresentada é política. Ao contrário do determinismo sociológico de Kautsky, para Lênin (ideia compartilhada também por Trotski) apenas através da teoria revolucionária, da organização criteriosa do partido revolucionário e da análise e intervenção nas distintas conjunturas é que poderia haver revolução. Por isso a referência muitas vezes depreciativa da teoria leninista enquanto portadora de uma “postura voluntarista”, já que tende a ver na metamorfose uma simples “traição”.¹¹ Apesar de constantemente criticado por perspectivas tecnicistas e tendências burocratizantes que sua leitura apresentou ao partido vitorioso na Revolução Russa (que derrotou inclusive os seus opositores social-democratas, os “mencheviques”), Lênin apresentou uma teoria do tempo da política, do partido, das estratégias e das táticas, para além do simples determinismo sociológico e político muitas vezes compartilhado pelos intelectuais que optaram politicamente pela atuação dos reformistas em oposição aos revolucionários.

Ou seja, para Lênin, a classe trabalhadora sem teoria revolucionária seria apenas economicista; por isso seu embate, como o já fizera anteriormente as lideranças operárias e intelectuais orgânicos da classe trabalhadora, em criar organizações sólidas, fortes e ideologicamente autônomas capazes de, aí sim (e não “automaticamente”, “teleologicamente”) tornarem-se revolucionária.¹² Portando, se a teoria marxista

¹⁰ Sobre a teoria leninista do partido e da classe trabalhadora cf. LÊNIN, 2010; WEBER, Op. Cit.

¹¹ Como assim utilizado por PRZEWORSKI, 1989, p. 14. Considera-se que a depreciação simplista de um conteúdo político é um tanto vulgar intelectualmente pois esconde as razões que levaram a expressão da sentença “traição” e tendenciosamente cerceiam seus interlocutores de crédito argumentativo.

¹² E a participação de “intelectuais” neste processo não constitui em anormalidade ou influência externa “contaminadora” da experiência “pura” da classe. Conforme já evidenciado em Gramsci, toda classe social, ao constituir-se enquanto tal, aproxima para si elementos da categoria dos “intelectuais” (muitos aparentemente “flutuantes” como defendia Karl Manhein), tornando-se estes “intelectuais orgânicos” das classes sociais.

possibilita a compreensão da racionalidade contraditória do modo de produção capitalista e a contradição perene da prática reformista, hipoteticamente apresenta-se esta à classe trabalhadora enquanto uma teoria revolucionária, além de destacar a necessidade preeminente da sua prática autônoma para adquirir sucesso nesta empreitada. Sem teoria revolucionária a classe fica impossibilitada de ir além do pragmatismo imediatista típico da ideologia burguesa.

Robert Michels, um intelectual inicialmente engajado no avanço do PSD, torna-se já na década de 1910 descrente da capacidade de transformação do principal partido de trabalhadores da Europa. Disto resultou uma obra considerada inaugural para a teoria dos partidos políticos apesar do foco no fenômeno de “burocratização” observado e descrito por ele no SPD em seu livro *Sociologia dos Partidos Políticos na Moderna Democracia*, de 1914 (MICHELS, 1982). Nesta obra paradoxal, pessimista quanto à própria tese, propõe a inexorável lei da necessidade histórica da oligarquia na política e nos partidos, a “lei de bronze da oligarquia”.

Para Michels, os partidos nascidos com a instauração da democracia política, que eram concebidos como os instrumentos da promoção desta democracia, tornaram-se “inelutavelmente organismos oligárquicos, mesmo os mais democráticos, isto é, os partidos socialistas. Esta seria a dura lição da experiência”. “A organização tem o efeito de dividir todo partido ou sindicato profissional em uma minoria dirigente e uma maioria dirigida”. “Quem fala em organização fala em tendência à oligarquia” (MICHELS, Op. cit., p. 21). Para Michels, era incompreensível o paradoxo entre a defesa da democracia e a necessidade imperiosa da organização quase militar a que os socialistas constroem em seus militantes e partidos. Seu ceticismo próximo ao anarquismo leva-o a negação dos partidos como meios para a transformação social: “podemo-nos perguntar igualmente se a cisão aguda que existe no terreno político, entre partidos de classe representando interesses de classes, não é um jogo inútil e condenável” (Ibid., p. 138).

Para ele, as transformações sociais produzidas pela organização levam ao afastamento cada vez maior entre as lideranças (os “chefes”) das bases partidárias. Além disto, descreve o processo de “aburguesamento dos partidos operários”, já que os simples operários ao tornarem-se membros da organização ou ao participarem do parlamento perdem seus condicionantes originais e tornam-se algo que não é mais classe operária e por isso deixam de poder representá-la. Em fundo, Michels destaca uma leitura da classe que o tornaria próximo de leituras liberais sobre a classe trabalhadora: “todo membro da classe operária aspira elevar-se a uma classe superior que lhe garanta uma existência melhor e mais longa. Elevar-se até a pequena-burguesia: esse é o ideal individual do operário” (Ibid., p. 167).¹³

¹³ Contudo, a incompatibilidade com a teoria marxista não é o da proposição “que os membros da classe trabalhadora aspiram a classe superior” mas a premissa teórica naturalizante de fundo liberal – basicamente ideológica – que torna este fenômeno em lei

A sua “lei de bronze da oligarquia” é defendida a partir dos preceptores da época da “teoria das elites” (Gaetano Mosca e Vilfredo Pareto); ou seja, a teoria da necessidade invariável da “classe política” – de uma minoria dominante. Para Michels,

Marx pretende que entre a destruição da sociedade capitalista e o estabelecimento da sociedade comunista haverá um período de transição revolucionária, período econômico, ao qual corresponderá um período de transição política “durante a qual o Estado não poderá ser outra coisa a não ser a ditadura revolucionária do proletariado”; ou, para utilizar uma expressão menos eufêmica, assistiremos, nesse caso, à ditadura dos chefes que tiveram a astúcia e a força para arrancar das mãos da sociedade burguesa agonizante, em nome do socialismo, o espectro da dominação (Ibid., p. 230).

O pessimismo de Michels expressa uma tendência conservadora em qualquer movimento. Neste cenário - da teoria da classe política – das “elites” – não há mudança social, apenas mudança de elites e por isso o intento revolucionário organizado tornar-se-ia sempre fracassado de início.

Contudo, a perspectiva dos revisionistas do marxismo, transmutadas e institucionalizadas no reformismo que caracterizou a atuação da socialdemocracia durante o século XX reivindicou com “sucesso” para si a criação do “Estado de Bem-Estar”. Este movimento apresentou, apesar de seu efêmero sucesso (a conhecida “Era de Ouro” do capitalismo, durante as décadas de 1950 e 1960), limites estruturais e contradições claras no seu desenvolvimento histórico. Claus Offe (1990) e Adam Przeworski (1989), apesar de suas simpatias e defesa à social-democracia, são os principais nomes a explicar analiticamente estas contradições. Przeworski é sem dúvida o principal interlocutor da social-democracia para explicar, em uma tentativa de retomar a teoria do consentimento (de raiz gramsciana), a aceitação dos trabalhadores ao capitalismo.

Em linhas gerais, para Przeworski a estratégia de participação e defesa da democracia parlamentar do final do século XIX e início do XX levaram o SPD a abrir espaço para outros setores sociais – a discutida “classe média” ou “setores médios” – e com isso teve de abrir mão do seu escopo estratégico revolucionário em prol de um escopo reformista, consensual. Por outra via, o próprio processo de vitória eleitoral levava a um incremento da burocracia partidária e a necessidade de defendê-la também levava à diminuição de suas tendências radicais e reforço às reformistas, mais preparados e até mesmo “aceitáveis” ao cenário democrático burguês. Contudo, é preciso lembrar que a pauta da democracia parlamentar era encabeçada pelo SPD como tática revolucionária, visto que até 1918 o parlamento tinha muito pouco poder sobre o Kaiser e por tanto era visto como um meio de reduzir ou derrotar o poder deste.

a-histórica e normativa, como se este fosse o natural caminho da classe operária. Para o marxismo, retomando a teoria da classe, esta seria uma das possibilidades de consciência da classe trabalhadora, quando dominada materialmente e ideologicamente (consentimento).

Rosa Luxemburgo no seu tratado contra Bernstein defende que “a sorte da democracia está ligada à do movimento operário” (LUXEMBURGO, Op. cit., p. 94). E ao mesmo tempo em que combatia o reformismo como fim, as tendências radicais defendiam o reformismo como meio, já que as reformas radicais deveriam preparar e provocar a tomada de poder: “em suma, a democracia é indispensável, não porque torne supérflua a conquista do poder político pelo proletariado, mas, ao contrário, por tornar essa perspectiva necessária tanto como a única possível” (Ibid., p. 103). A fática contradição histórica de Rosa se expressa no fato que, apesar da vitoriosa revolução que leva à conquista do poder político, da presidência da Alemanha pela primeira vez na história a um proletário (Friedrich Ebert), ela é assassinada meses depois com a conivência surda do novo “governo do proletariado”. Não é a toa que Przeworski inicia o capítulo destinado à análise histórica da social-democracia chamando o processo para o ato da decisão de participar: “a escolha crucial foi entre participar ou não”.

Em tese, se o objetivo dos partidos social-democratas era o de ser representação máxima da classe, tornam-se pela estratégia eleitoral-reformista, uma das principais antíteses da força da classe quando organizada autonomamente. Passam a abrir caminho para outras classes sociais e se enveredam entre interesses antagônicos. De partidos de trabalhadores tornaram-se partidos de técnicos-administradores do capitalismo. Enquanto administradores do Estado, apesar de poder ser preferido eleitoralmente pela classe trabalhadora - já que são os principais promotores do consentimento destes ao capitalismo (o que em tese explica necessariamente o apoio da classe) -, os partidos social-democratas estabelecem reformas que “não são irreversíveis e cumulativas [no sentido de garantir o avanço ao socialismo ou à melhoria geral da condição de vida da classe trabalhadora], proporcionando, portanto, a base para uma crítica da social-democracia” (PRZEWORSKI, Op. Cit., p.16).

Para Lipset (1992), em uma interpretação, contudo, distinta, este processo é de mão dupla. Ele busca explicar os limites da explicação marxista para a sociedade capitalista demonstrando que a tendência geral desta sociedade é da criação de democracias estáveis em que os trabalhadores também participem progressivamente enquanto forças reformistas e levem ao afastamento de suas opções radicais/revolucionárias. Ou seja, ao abrir mão do radicalismo os trabalhadores puderam ser aceitos na ordem social e política capitalista. Do mesmo modo, a aceitação das classes dominantes em permitir a participação dos trabalhadores na ordem política e econômica permitiu a redução do poder dos radicais no seio destes partidos bem como o favorecimento dos reformistas conciliadores que poderiam promover o consentimento social dos trabalhadores ao capitalismo. Esta leitura, calcada em Weber e Schumpeter, destaca uma idéia central: que a luta de classes - no seu sentido marxista - passa a ser diminuída e tende a desaparecer com o arrefecimento das práticas tradicionais de

legado feudal de *status* sociais característicos da Europa. Estes resquícios, revalidados no conflito econômico próprio do capitalismo daria corpo a práticas políticas de recorte classista. Ou seja, o recorte político das classes sociais seria um resquício feudal que se tornou progressivamente diminuído com a consolidação do capitalismo contemporâneo e com a instituição democrática. Tendencialmente, para Lipset, o reformismo torna-se a principal fonte política da classe trabalhadora e a torna agregada ao capitalismo via instituições democráticas, onde o Estado é visto como representante de todos os grupos sociais enquanto entidade neutralizadora do conflito e do radicalismo e promotora do consenso (democrático). Para ele, esta seria a chave argumentativa para explicar por que o socialismo apenas floresceu hegemonicamente na Europa e não nos Estados Unidos.

No pós-Segunda Guerra Mundial os partidos social-democratas lograram atingir o poder em vários Estados europeus estabelecendo políticas que ficaram conhecidas como “Estado de Bem-Estar Social”, calcadas no keynesianismo e na promoção de uma conciliação social entre proletariado e burguesia e favorecendo a constituição de uma ampla “classe média”, criando uma série de políticas sociais nas áreas de educação, saúde, legislação trabalhista e previdência social. Como destaca Claus Offe (Op. Cit., p.135):

El Estado del Bienestar ha servido como principal fórmula pacificadora de las democracias capitalistas avanzadas para el período subsecuente a la Segunda Guerra Mundial. (...) En segundo lugar, el Estado del Bienestar se basa en reconocimiento del papel de los sindicatos tanto en la negociación colectiva como en la formulación de los planes públicos. Se considera que ambos componentes estructurales de Estado de Bienestar limitan y mitigan el conflicto de clases, equilibran la asimétrica relación de poder entre capital y trabajo. (...) En suma, Estado del Bienestar ha sido celebrado como solución política a contradicciones sociales.

É importante destacar, para compreender este processo de limitação e mitigação da contradição social, o delicado e transitório contexto histórico da pós-Segunda Guerra Mundial, que ficou marcada como a “Era de Ouro do Capitalismo”. Sem contar na necessidade proeminente de combater o avanço do comunismo que dominava o leste europeu, a explicação do historiador inglês Eric Hobsbawm (1995, p. 263) sobre o período explica sinteticamente as bases materiais por que os trabalhadores do ocidente optaram pela social-democracia e não pelo comunismo:

Todos os problemas que perseguiram o capitalismo em sua era da catástrofe pareceram dissolver-se e desaparecer. O terrível e inevitável ciclo de prosperidade e depressão, tão fatal entre as guerras, tornou-se uma sucessão de brandas flutuações, graças a – era o que pensavam os economistas keynesianos que agora assessoravam os governos – sua inteligente administração macro-econômica. Desemprego em massa? Onde se poderia encontrá-lo no mundo desenvolvido de 1960, quando a Europa tinha uma média de 1,5% de sua força de trabalho sem emprego e o Japão 1,3%? Só na América do Norte ele ainda não tinha sido eliminado. Pobreza? Naturalmente a maior parte da huma-

nidade continuava pobre, mas nos velhos centros industrializados, que significado poderia ter o “De pé, ó vítimas da fome!” da “Internationale” para os trabalhadores que agora esperavam possuir seu carro e passar férias anuais remuneradas nas praias da Espanha? E se os tempos se tornassem difíceis para eles, não haveria um Estado previdenciário universal e generoso pronto a oferecer-lhes proteção, antes nem sonhada, contra os azares da doença, da desgraça, e mesmo da terrível velhice dos pobres? Suas rendas cresciam ano a ano, quase automaticamente. Não continuariam crescendo para sempre? A gama de bens e serviços oferecidos pelo sistema produtivo, e ao alcance deles, tornava antigos luxos itens de consumo diário. E isso aumentava cada ano. Que mais, em termos materiais, podia a humanidade querer, a não ser estender os benefícios já desfrutados pelos povos favorecidos de alguns países aos infelizes habitantes de outras partes do mundo, que não haviam entrado no “desenvolvimento” e na “modernização”?

Entretanto, como explica Claus Offe, com o esvaziamento de sua influência entre o meio sindical na sociedade civil (já que enquanto governantes precisam mediar os conflitos entre capital e trabalho o que reduzia sua capacidade de articulação com a vanguarda sindical organizada ou reduzia o papel desta a uma postura conciliatória) e com a incapacidade em atender as demandas tanto dos trabalhadores como dos capitalistas em constante conflito, tornaram-se incapazes de manter a conciliação entre as classes sociais frente à crise que se inicia no final da década de 1960 e década de 1970 (tendo o ponto alto e estopim aparente na crise do petróleo em 1973).

Para Przeworski, esta também é a principal limitação da social-democracia. Ao tornar-se promotora do consenso social precisa lutar para garantir condições de lucro satisfatórias para os capitalistas em mercado concorrencial, muitas vezes a expensas dos trabalhadores, para depois tentar garantir a reivindicação salarial destes últimos. Por outro lado, os setores econômicos não rentáveis (e por isso, não desejáveis aos capitalistas), mas que detinham muitos empregos, podiam facilmente ser nacionalizados, criando a ilusão de que estariam avançando rumo ao socialismo. Em verdade tornavam os Estados economicamente ineficazes e tendo que arcar com os custos econômicos da (in)conciliação entre as classes sociais (PRZEWORSKI, Op. Cit., p. 55-59) e criando as justificativas políticas empregadas pelos neoliberais na década de 80: que a crise econômica e fiscal era responsabilidade da inferência dos Estados na economia e que esta inferência deveria ser reduzida ao mínimo e dado máxima liberdade ao mercado (e ao programa de privatizações).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frente a esta crise e frente à própria falta de alternativa radical à crise por parte da classe trabalhadora (que continuava majoritariamente sob influência ou ligada à social-democracia, apesar do crescimento de movimentos radicais espontâneos ou

até mesmo de movimentos de rebeldia com pouca orientação política)¹⁴ os Estados europeus passaram na década de 1980 por uma onda conservadora, conhecida por neoliberal, que ficou marcada nos governos de Margareth Thatcher na Inglaterra e de Ronald Reagan nos EUA bem como pela grande maioria dos Estados latino-americanos na década de 1990. Recentemente, assimilados por esta ofensiva, os social-democratas passaram a incorporar parte do receituário neoliberal e tentaram lograr uma “terceira via” que, no entanto, se mostrou muito tímida em resgatar o reformismo clássico da social-democracia¹⁵.

Em alguns países, como no sul da Europa, notadamente o PSOE, na Espanha, o PASOK na Grécia e o PS em Portugal, partidos que haviam se destacado na luta contra ditaduras militares e que em origem possuía tendências radicais de grande expressão política na classe trabalhadora tornaram-se os principais promotores de reformas de ajuste fiscal e modernização capitalista (neoliberal), tornando-se progressivamente partidos do tipo *catch-all*, sem ligação com organizações de massa e progressivamente tornando-se partidos de lideranças pessoais (PUHLE, 2001).

Consideramos que a compreensão deste aparente paradoxo na atuação dos partidos com origem na classe trabalhadora pode auxiliar na explicação do processo de metamorfose pelo qual partidos de trabalhadores com origem na periferia capitalista sofreram nos últimos anos, com destaque no caso do PT no Brasil, um partido que se tornou cada vez mais próximo do ideário e de práticas que outrora combatia.

REFERÊNCIAS

- BENSAÏD, Daniel. *Lenin ou a Política do Tempo Partido*. Disponível em: <http://www.socialismo.org.br/portal/filosofia/155-artigo/2366-lenin-ou-a-politica-do-tempo-partido>, acesso em maio de 2012.
- COELHO, Roseli Martins. *Social-Democracia: formas e reformas*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP e FESPSP, 2001.
- COGGIOLA, Osvaldo. *Alemanha 1918-1924*. Hiperinflação e Revolução. São Paulo: LCTE Editora, 2010.
- HOBSBAWN, Eric. *A Era dos Extremos*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- LÊNIN, Vladimir. *O Estado e a Revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2008;
- _____. *Que Fazer?* Problemas cadentes do nosso movimento. São Paulo: Expressão Popular, 2010;
- LIPSET, Seymour. Radicalismo ou Reformismo: as fontes da política da classe trabalhadora. In: _____. *Consenso e Conflito*. Ensaios de Sociologia Política. Portugal, Lisboa: Gradiva, 1992.
- LÖWY, Michael. *A teoria da revolução no jovem Marx*. Petrópolis: Vozes, 2002.

¹⁴ Sem falar na crescente falência dos movimentos comunistas – ligados à URSS – em ligar-se a estes movimentos.

¹⁵ Para uma referência ao programa da social-democracia contemporânea, cf. PEREIRA, MARAVAL, PRZEWORSKI, 1993.

LUXEMBURGO, Rosa. *A Crise da Social-Democracia* (folheto Junius, 1915). Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1915/junius/index.htm>, acesso em Mai 2012.

_____. *Reforma ou Revolução?* São Paulo: Expressão Popular, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *O Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: MartinClaret, 2002

MARX, Karl. *Crítica do Programa de Gotha*. In. MARX & ENGELS. *Obras Escolhidas*. Lisboa/Moscou: Edições Progresso, 1982. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1875/gotha/index.htm>, acesso em Mai 2012.

MATTICK, Paul. Karl Kautsky. De Marx a Hitler. In. MATTICK (et. all.). *Karl Kautsky e o Marxismo*. Belo Horizonte: Oficina dos Livros, 1988.

MICHELS, Robert. *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília: UNB, 1982.

OFFE, Claus. *Contradicções em el Estado del Bienestar*. Madri: Alianza Editorial, 1994.

PEREIRA, Luis Carlos Bresser; MARAVAL, José Maria; PRZEWORSKY, Adam. *Reformas Econômicas em Democracias Recentes: uma abordagem Social-Democrata*. In. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, vol. 36, n. 2, 1993, p.171-207.

PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

PUHLE, Hans-Jürgen. *Mobilizers and Late Modernizers: Socialist Parties in the New Southern Europe*. In. NIKIFOROS, Diamandouros; GUNTHER, Richard (org.). *Parties, Politics, and Democracy in the new southern Europe*. Baltimore/Londres: The Johns Hopkins University Press, 2001.

TEIXEIRA, Francisco José Soares. *O Capital na era de luta de classes disciplinada*. In. *Revista Novos Temas* (Instituto Caio Prado Jr.). n.3, São Paulo, 2011. Disponível em: <http://fcojoseiteixeira.blogspot.com.br/2011/12/o-capital-na-era-da-luta-de-classes.html>, acesso em Mai 2012.

WEBER, Henri. *Marxismo e Consciência de Classe*. Portugal: Moraes Editores, 1977.